



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 110

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 110**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Projetos de Lei	02
Pequeno Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	05
Dep. Barbosa Neto	06
Dep. José Domingos Scarpellini	07
Dep. Tadeu Veneri	07
Grande Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	09
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT:	
Dep. Neivo Beraldin	05
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	08
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	10
Discussão / Votação:	
Redação Final	11
Encerramento da Sessão Ordinária	11

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE OUTUBRO DE 2005**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (29). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Ademar Traiano, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Corrêia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (22). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Nereu Moura, Alexandre Curi e a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Projetos de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 622/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Evangélica Monte Muriá - Aemom, com sede e foro no Município de Mauá da Serra.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Evangélica Monte Muriá - Aemom", é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade precípua a promoção da evangelização através de missões da propagação do evangelho, promoção à melhoria do homem, da família junto à sociedade através de serviços e obras assistenciais, educacionais, culturais, de saúde médico-odontológico e religiosos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação Evangélica Monte Muriá - Aemom" do Município de Mauá da Serra.

PROJETO DE LEI Nº 623/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária El-Shadai, com sede e foro no Município de Missal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária El-Shadai classifica-se como Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, atuando nas seguintes áreas:

1) criação e desenvolvimento de programas de capacitação educacional e profissional, com fins sociais;

2) prestar assistência social à comunidade em geral, com orientações moral e espiritual em benefício da comunidade, com auxílio de psicólogos;

3) assistir com mantimentos, medicamentos, roupas e agasalhos às famílias menos favorecidas, quando necessário.

PROJETO DE LEI Nº 624/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Estadual, a denominar Admar Bertolli o trecho compreendido entre a BR-277 e BR-116, conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Ademar Bertolli, nasceu na cidade de Morretes, no Estado do Paraná, no dia 10 de março de 1933, filho de Antonio Bertolli e Maria Bertolli, casado com Flora Madalosso Bertolli, pais de Marcelo, Marlus, Marisol e Marcius, onde cultivou uma relação familiar calcada no amor, amizade e solidariedade.

Desempenhou um papel de liderança na família e na comunidade.

Foi um dos fundadores do Restaurante Madalosso que hoje é considerado o 2º maior do mundo bem como outros empreendimentos da família. Tais como as Fazendas dos Municípios de Castro e Campo Mourão, o Posto de Gasolina Ventania onde foi um importante reduto social e político, sendo considerado por todos um local de encontro de políticos, amigos, e população em geral para discussão e apoio, dentre elas a construção da Rodovia Contorno Norte. Na comunidade, principalmente de Santa Felicidade na qual viveu por 50 anos demonstrou uma constante preocupação com as causas sociais.

Sem dúvida nenhuma, um dos seus legados foi a transparência, humildade, amizade e o significado da lealdade aos valores humanos universais, virtudes que empregou na sua carreira política.

Iniciou sua vida política em 1969 como Vereador nessa cidade onde cumpriu quatro mandatos. Percorreu um caminho parlamentar bem sucedido em prol dos direitos humanos e da efetiva aplicação da legalidade, transformando muitos projetos em realidade, sendo um deles o apoio à construção da Rodovia do Contorno Norte.

A sua trajetória política foi marcada pelo respeito aos cidadãos, caracterizada por uma atuação eficaz, corajosa e acima de tudo equilibrada. Atuou em defesa de uma política urbana destinada a assegurar mais qualidade de vida para a população, prestando uma reconhecida contribuição para a sociedade.

Infelizmente, com o seu falecimento em 26 de abril de 2003, não contamos mais com a sua presença alegre e entusiasta, somente com o resultado dos seus projetos de vida que orgulhosamente podemos vislumbrar entre nós.

Dá a razão maior da busca do apoio de parte dos nobres colegas desta Casa, para a aprovação do projeto de lei ora apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 625/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As delegacias policiais do Estado do Para-

ná, distribuirão, no âmbito das respectivas circunscrições, às organizações não governamentais, os dados constantes do artigo 3º, quando registrarem ocorrências das quais decorram a providência de identificação e a prisão de autor de crime que escapou a flagrante.

Parágrafo único. Os crimes a que se refere este artigo são os que mais impacto negativo provocarem em face de sua violência, pela sua repetição ou pelo grau de transtorno que acarretarem à vida civil.

Art. 2º As delegacias policiais pesquisarão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, para fins de cadastramento, as principais organizações não governamentais situadas em suas circunscrições, devendo a Secretaria de Estado de Segurança Pública prestar total auxílio à unidade policial que não dispuser de meios materiais ou humanos, para cumprir com a tarefa no prazo indicado.

Parágrafo único. Para facilitar as ações tratadas no *caput*, as delegacias policiais poderão se utilizar dos cadastros porventura existentes em quaisquer órgãos do Estado.

Art. 3º Os dados a serem remetidos às organizações não governamentais pelas delegacias de polícia, tão logo obtidos, abrangem, entre outros:

- a) o retrato falado;
- b) a descrição complementar de sinais e características físicas do criminoso;
- c) o tipo do crime consumado;
- d) o modo de execução de delito.
- e) os locais e horários em que os eventos delituosos são freqüentemente perpetrados, se for o caso.

Art. 4º O encaminhamento, pela delegacia policial, das informações elencadas no artigo 3º desta lei, deverá consignar agradecimento prévio à organização não governamental destinatária pela ajuda que puder conferir à Instituição Policial, bem como solucionar que os divulgue no círculo de sua influência.

Parágrafo único - Nota final mencionará os telefones da delegacia policial e o da rede facilitadora conhecida como disque-denúncia.

Art. 5º Para efeito desta lei, entende-se como organizações não governamentais todas aquelas que não se integram no contexto de natureza jurídica pública, tais como as associações comerciais, os clubes de serviço, as associações de moradores, as entidades filantrópicas, as associações recreativas, as ONG's propriamente ditas, e tantas outras.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os retratos falados de criminosos de alta periculosidade têm, na maioria dos casos (principalmente se a

vítima carece de posição social), sua divulgação restrita ao mural da delegacia policial que investiga o crime.

A imprensa, que não tem o dever legal de difundir, não raro considera matéria inoportuna, já esgotada, voltar, dias (ou semanas) depois, a um assunto antes reportado, apenas para divulgar um retrato falado, que exigiu tempo prolongado para a sua confecção. Essa demora é, no mais das vezes, inevitável, já em razão dos detalhes técnicos, já por motivos ligados às dificuldades de selecionar e convocar testemunhas que auxiliem a Polícia Técnica ao cumprimento daquela incumbência.

Além disso, é usual, na atividade jornalística, dar-se perfeita e suficiente descrição dos fatos, sem que necessariamente, para o pleno entendimento do leitor, se exija o retrato falado do criminoso.

Acresce, ainda, a circunstância de que nem toda a população, principalmente a camada mais pobre dela, lê jornais diariamente. Mesmo que, por hipótese, a leitura cotidiana acontecesse em todas as camadas sociais, nem todos os periódicos abrem espaço permanentes e imutáveis às ocorrências oficiais com aquilo que o jargão jornalístico chama de suíte, ou seja, a sequência exauridora de um tema de pauta nas edições seguintes.

De modo que só o crime de grande repercussão (pela violência empreendida pelos seus executores ou pela forte projeção social de suas vítimas) leva o retrato falado para a imprensa, escrita ou televisiva.

De resto, ele passa a ser um número a mais no mural das delegacias policiais para a observação de seus escassos visitantes sem ter sequer o préstimo de advertir possíveis futuras vítimas.

O projeto de lei que ora submeto à elevada apreciação dos Exmos. membros desta Casa Legislativa amplia a divulgação, não apenas do retrato falado, mas também de outros pormenores relativos ao próprio criminoso, como das circunstâncias do crime, seu modo de execução e preferências determinantes de local e hora para a efetivação do delito. Transpassadas as comunidades, essas minúcias se constituirão num material básico, essencial, para o auxílio da Polícia na captura do autor do delito, quer diretamente, quer através do recurso do disque-denúncia.

Mas o projeto tem outro escopo, talvez mais importante do que a mera perseguição de criminosos, que cometeram infração penal isolada ou a praticam em série. Na verdade, une-se a esse objetivo o de prevenir outros crimes, na medida em que prisão facilitada por uma profícua interação da Instituição Policial com a comunidade produza a interrupção de uma sequência de crimes e confira segurança à coletividade ameaçada pela delinquência. Envolvem-se no mesmo propósito, as associações comerciais, os clubes de serviço, as associações de moradores, as associações de favelados, os conselhos comunitários de defesa social, as lojas maçônicas, as entidades filantrópicas, as associações recreativas, etc.

Esta proposta de lei, enfim, cria, em realidade, uma vasta rede de informações que se estende a variados pontos da sociedade, o que autoriza asseverar que contribuirá

significativamente ao esforço policial de combate à criminalidade.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelo jeito, hoje, o quórum está baixo. Será que transferiram os programas de rádio e televisão para o período da tarde?

Nesse final de semana, percorri a região Centro-Sul do Paraná, mas especificamente Rio Azul, Irati, Rebouças, Mallet, Inácio Martins. Priorizei a visita às escolas municipais e estaduais, fazendo um tipo de visita de cortesia, mas ao mesmo tempo conversando com os diretores e entendendo melhor o grande problema que vive a educação no Estado do Paraná.

Nas escolas municipais falta tudo, rigorosamente tudo: espaço, computador, quadra coberta, espaço para as crianças brincarem. Nas escolas estaduais, também, algumas com absoluto abandono. As estradas, cheias de buraco, não há acostamento, não há sinalização, não há a presença efetiva do Governo, nesse aspecto. Não há, também, nenhuma perspectiva de novas indústrias para gerar empregos e renda para essas pessoas do interior do Paraná.

Chegando em Rebouças, perguntamos ao Prefeito: tem alguma fábrica, alguma empresa que está por instalar-se aqui? A resposta foi negativa. Quase 70% do ICMS do Estado é arrecadado em Curitiba, Deputado Ângelo Vanhoni. V. Exa. acredita que 10 ou 12% do ICMS arrecadado é na região metropolitana?

Então, chegamos a quase 80% da receita dos impostos do Paraná em Curitiba e a região metropolitana.

No interior, lá onde produzem a nossa matéria-prima, só se vê as multinacionais carregando a nossa matéria-prima, levando para o Porto de Paranaguá ou outro qualquer, para que os países desenvolvidos possam industrializá-la, agregando valor e emprego.

Por exemplo: o Paraná produz 70% do algodão do País. Pouco é industrializado aqui.

Cito o exemplo da soja. Por que temos que brigar para exportar os nossos grãos de soja se podemos exportar o óleo? Por que temos que ter no Paraná duas multinacionais para produzir a sede - que produzimos no Paraná - que representa 70% do país, para que a Kaneba e a Bratak mandem embora para a China, Japão, para a Itália, para que possa agregar na tecelagem, na fiação, tinturaria, estamparia, no consumo do produto, e nos vendem aqui, hoje? Quando é que vamos reverter esse processo de industrialização?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Posso usar o Grande Expediente, tendo em vista que o Deputado Anibelli está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós temos um inscrito, Deputado e precisamos aguardar até o horário do Grande Expediente para saber-mos se o Deputado Anibelli estará presente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

A Mesa não havia tomado uma decisão de que isso era imoral? Essa inscrição continua?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

É regimental, Deputado Neivo.

Temos de aguardar o horário do Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

É regimental?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É regimental.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (*Pela Ordem*)

Sr. Presidente.

Autorizo o Deputado Neivo Beraldin, na condição de Líder do PDT, com muito prazer, a utilizar o horário da Liderança do nosso Partido.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agradeço.

Agora, Presidente, essa questão do Grande Expediente já foi levantada inúmeras vezes e a Mesa já devia ter tomado uma atitude, porque não é possível alguém se inscrever para o ano inteiro! Aliás, é por isso que este Parlamento está como está! Aqui é o primeiro dos Três Poderes, mas, basicamente, há um desvio de conduta porque as grandes discussões não se dão nesta tribuna.

Enquanto estamos denunciando aí o Banco Santos, a Fundação Copel, que perdeu 37 milhões de reais por ter aplicado dinheiro no Banco Santos, não se tem espaço para dizer aqui! Nem que a Emater perdeu dinheiro, nem que a Sanepar fez um plano de emergência em 93, 94 e que não existe esse plano de emergência e que foi renovado por sete anos!

Hoje, o mesmo Presidente da Sanepar está lá. Nem mesmo ele sabe onde está esse plano de emergência!

É a terceira empresa do Paraná que mais deve ISS porque a Mayson e a Mercado não pagaram os encargos sociais e receberam os seus salários de 1.110 homens

sem recolher os encargos sociais! Qual a responsabilidade do administrador pagar doze milhões, treze milhões por ano a duas empresas, sem que elas apresentassem as certidões de ter recolhido os encargos sociais?

Hoje o INSS está lá, cobrando da Sanepar, empresa pública! Portanto, o povo mais simples, vai pagar essa conta!

Onde estão esses dois responsáveis por essas duas empresas? Mercado e Mayson. Onde estão, e lanço um desafio ao Líder do Governo, que nos entregue esse plano de emergência criado em 93 e 94 aonde permitiam a contratação da empresa Mercado e Mayson, 1.110 homens, dezenas de obras realizadas, pagas e não feitas! Acordos extrajudiciais!

Então, essas coisas me chamam muito a atenção. Não se pode discutir, Deputados, que de repente vem aqui uma Mensagem para tornar extinta a ParanaDesenvolvimento e a ParanaInvestimento, exatamente aquelas duas empresas que venderam ou que receberam 112 bilhões de ações vendidas da Copel e que o Governo faturou, no mínimo, dois milhões e meio de reais na época, e que não veio na prestação de contas aqui e que nós aprovamos as contas em um único dia, na última Sessão, como se fosse uma brincadeira! Também não constava, naquelas prestações de contas, o rombo sem precedentes na história deste País, o rombo do Banestado, que o povo do Paraná paga 52 milhões de reais por mês, sendo que a última prestação vencerá em março de 2029!

A Constituição determina: Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa é a ordem. Eu não me conformo, absolutamente, de estar aqui neste Poder, como despachante! Estou aqui para fazer leis e para fiscalizar o Executivo! Nada contra o Governador, mas o Governo tem várias empresas e é evidente que ele não pode acompanhar as suas ações e os seus atos! Então, compete a nós, aqui dentro desta Casa, fiscalizarmos com rigor. Até quando vamos continuar nesse faz de contas? Até quando vamos assistir ao Governo brasileiro repassar emendas a parlamentares, para colocar quem ele quer, onde quer e ninguém discute os fundos de pensões, ninguém discute os desvios dos bilhões e fica-se nessa da discussão dos tostões?

Parece uma briga política, a Oposição e a Situação. Não é briga política, não pode ser assim, não é jogo de futebol! Nós temos que escalar os nossos Deputados, que o povo escalou, para analisar documentos, verificar documentos contábeis, auditar as nossas empresas de economia mista do Governo! Nós precisamos, sim, acabar com essa situação e que seja qual for o Governo, ele sempre tem a maioria absoluta! Fiquem tranquilos e depois lá vamos nós, outra vez à rua para pedir o voto! E aí, não queremos que o povo desacredite do Poder Legislativo!

Ora Scarpellini, acho que vou contratar um programa de rádio ou de televisão e vou lá exercer o meu mandato, porque vou fazer muito mais votos! Não! Não! Podemos estar avançado no tempo na nossa afirmativa, mas o dia há de chegar, que o Parlamento vai se esmerar em cima da fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Quem sabe, possamos ir lá na Carteira de Fomento do Estado do Paraná, que tem lá um bilhão e meio de recursos a receber e que estão fazendo negócios com aqueles que devem, sem juros e sem correção, com uma carência absurda! Sabe por quê? Porque estamos ausentes de lá, porque não estamos agindo com pleno rigor! O que aconteceu com os Jogos Mundiais da Natureza, ou os "Jogos Mundiais da Safadeza"?

Eu não vou me estender porque, certamente, hoje eu não estou tão inspirado para assistir e para ler na Folha de São Paulo, no Estadão, na Veja, a vergonha nacional do Presidente da República ter um irmão como lobista, ou ter um filho como beneficiado!

Desculpe-me o Presidente Lula, mas até que nos prove o contrário, ele é o chefe da turma!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Estadual, do nosso Partido, Neivo Beraldin, pelo discurso de garra e de profundidade. É este Deputado que nós queremos ver atuando no plenário desta Casa! E dizer até que, na qualidade de jornalista e de radialista, sinto-me até satisfeito porque o que eu falo na tribuna desta Assembléia Legislativa, eu também falo em Londrina, em Guairacá, em Sertãozinho, em Ivaiporã, em qualquer outro lugar onde eu vá, porque nós temos que ter, sim, esse comportamento de coerência. Não adianta querer dar o tapa e esconder a mão.

Parabéns, Deputado Neivo Beraldin, é assim que deve ser. Não adianta falar uma coisa aqui para tentar depois acertar com o Governo, pedir isso ou pedir aquilo, e depois esquecer. Não, nós temos que ir até o fim, e essa postura de coerência é que eu tenho procurado adotar nesses dois anos e alguns meses como Deputado Estadual.

E é por isso também que, na tarde de hoje, eu subo à tribuna desta Assembléia para mais uma vez lamentar a situação da segurança pública em nosso Estado.

Tivemos no último final de semana, quase que dentro do principal hospital que o Norte do Paraná possui, o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, o nosso HU, um tiroteio, onde três pessoas foram feridas. Uma delas morreu e quase que os tiros acertam o médico Marco Antônio Batista, que estava chegando, por volta das 09h00 da noite, para assumir o plantão em hospital que possui uma falta de estrutura e que nós temos denunciado já há algum tempo, aqui, também desta tribuna. E não só o Dr. Marco Antônio Batista, como o corpo clínico, médicos, funcionários, enfermeiros, pessoal administrativo, seguranças, auxiliares de enfermagem, estão amedrontados porque nem dentro do hospital estão com

tranquilidade para poderem exercer as suas funções. Aí, o Secretário de Segurança Pública ou aqueles que defendem esse modelo falido de adotar aqui uma prática de combate à criminalidade, vem com um discurso contrário, de que está tudo bem na segurança, que os índices de violência baixaram, que a criminalidade arrefeceu. Tudo mentira, engodo! A criminalidade hoje toma conta do Estado do Paraná de uma forma galopante, como nunca vimos anteriormente! Nós esperamos que o Governo combata de forma eficaz, valorizando os profissionais da segurança.

Estamos no aguardo também da valorização dos servidores da Saúde, de um plano de carreira, cargos e salários, para que eles, pelo menos se sustentem trabalhando em um hospital público, porque senão vamos ter o que já está acontecendo na segurança, uma debandada, o que é profundamente lamentável. Um hospital que atende mais de 130 municípios ter um tiroteio na sua entrada, colocando em risco a vida de pacientes e funcionários, às nove horas da noite de sexta-feira, quando me ligava este médico apavorado, clamando por segurança! Até quando vamos conviver com tudo isso?

É um registro que tenho a obrigação de fazer na tarde de hoje, para os nobres Deputados e que fique registrado nesta Casa de Leis.

Agradeço aqui a compreensão e solicito que o Governo do Estado tome providências, em relação a esse caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade queremos registrar, lamentavelmente e com muita tristeza, o passamento da Srta. Bárbara de La Cruz Quintana, ocorrido na cidade de Planalto, no dia oito, vítima de um acidente automobilístico, sobrinha do nosso querido amigo, Deputado, chefe da Casa Civil, Caíto Quintana.

Meus senhores, hoje estamos pedindo uma informação ao Diretor do IPEM Dr. Leonaldo Paranhos, para que ele nos informe e que possamos passar estas informações às pessoas que nos perguntam nas ruas de Curitiba e pelo Paraná, o que é que o IPEM faz, porque faz e quem faz pelo IPEM. Queremos que o Dr. Leonaldo Paranhos nos informe: Quantos cargos em comissão existem no IPEM? Quem são os verdadeiros detentores desses cargos? Qual o vencimento de cada cargo e onde os comissionados exercem seu trabalho? Qual o horário de trabalho do Sr. Leonaldo Paranhos, que não é muito encontrado aqui, na sede do IPEM, em Curitiba? Já que ele viaja

muito, queremos saber quantas diárias foram pagas este ano, ao servidor Leonaldo Paranhos e aos servidores do IPEM e quem as recebeu? Quanto foi gasto com combustível?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é incrível ouvir que o IPEM está mudando, fazendo apreensão de mercadorias pelo Paraná afora, em uma ação que contraria a lógica e o interesse da administração pública. Diante das vozes aflitas das pessoas, que são vítimas desta ação de fiscalização, que entendemos ser mais uma ação de intimidação, do que propriamente de fiscalização, queremos esses esclarecimentos para que possamos informar às pessoas quem realmente está agindo e por que estão agindo em nome do IPEM.

Neste sentido é que estamos com um pedido de informações a ser votado nesta data, porque queremos nos esclarecer para podermos esclarecer às perguntas que vêm da população paranaense que está angustiada com as ações nefastas que estão sendo praticadas pelo IPEM!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos há poucos as palavras do Deputado Neivo Beraldin, falando sobre a situação difícil pela qual passa o interior do Paraná. Queremos, nesta hora, conclamar aos Deputados para que se somem com a Bancada de Oposição, na voz de cobrança ao Governo, de providências e apoio aos pequenos municípios do Paraná, que estão isolados do ponto de vista econômico, financeiro, desassociados do Governo do Estado, que só repassa recursos aos pequenos municípios através de financiamentos. E os financiamentos têm levado a uma dívida e a um juro exagerado que torna os pequenos municípios inviáveis. Então, há a falta de escola, falta de verba, a falta de participação na riqueza deste Estado, tão rico, mas que vem marginalizando seus pequenos municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de iniciar, quero registrar uma preocupação que hoje os professores e funcionários de escola têm por terem sido, de certa forma, surpreendidos com um anúncio da Secretaria de Estado da Educação, que não haverá prorrogação do concurso público feito no edital 01/2003, de 28 de fevereiro de 2003, de provimento de vagas ao cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério Público Estadual.

Digo isso porque, se nós não tivermos - inclusive como havíamos já obtido a sinalização da própria Secretaria - essa prorrogação, provavelmente milhares de professores aprovados no último concurso e que ainda não foram chamados mas para os quais há vagas dentro do Estado, não terão oportunidade de fazer o provimento.

Então eu faço aqui um apelo ao Líder do Governo para que possamos entrar em contato com a Secretaria de Educação e possamos ter a prorrogação desse concurso que vence agora, em 24 de outubro, por mais de dois anos que a lei inclusive prevê mas que me parece, pelo menos por este ofício feito no dia 07 de outubro, não há nenhuma intenção em fazer essa prorrogação. Ao contrário, esse concurso estaria já com a sua validade encerrada agora, sem que todos aqueles milhares de professores que fizeram o concurso e foram aprovados, pudessem ser aproveitados. Obviamente que aí não teríamos os professores, teríamos que fazer um novo concurso que, de certa forma, também encarece para o Estado e muitos daqueles que ainda não puderam ser aproveitados, ficariam fora desta oportunidade.

Fica aqui o apelo para que o Deputado Dobrandino que sempre tem atendido aos professores, a APP e foi inclusive procurado inclusive hoje, Deputado Dobrandino, pela APP, para que o senhor possa fazer esse contato, para que não tenhamos problemas com essa solução que, me parece, pode ser negociada.

E outro assunto que me traz a esta tribuna, Deputado Dobrandino, o senhor lembra que há questão de um mês atrás fizemos um convite ao Secretário da Saúde para que pudesse vir até esta Casa e fazer um debate conosco a respeito do investimento em saúde feito pelo Estado do Paraná, que segundo o relatório publicado pelo Ministério da Saúde, a pedido do Ministério da Saúde do Estado do Paraná. O Estado do Paraná não teria cumprido no ano de 2003 os 12%, percentuais estes exigidos pela emenda constitucional 29. Além de também não ter cumprido no ano de 2004, que ficará num valor aproximado de 6%. E quando tivermos agora, na última semana, a apresentação do quadrimestral feita aqui pelo Secretário Arzua.

Chama-nos a atenção, porque os valores repassados, Deputado Marcos Isfer, que estão sendo gastos na saúde do Estado do Paraná são - se os estudos que fizemos estiverem corretos nós teremos um grande problema pela frente, porque o Estado do Paraná terá feito investimentos no 1º semestre, segundo o que foi disponibilizado pelo Secretário Arzua, de 298 milhões, 301 mil reais, porém aí incluídos as despesas com saúde e nutrição e leite das crianças 18 milhões de reais, saneamento básico urbano, 12 milhões, preservação e conservação do meio ambiente, 2 milhões e meio. São valores que podem até divergir com relação à Emenda Constitucional 29, mas, de qualquer forma, estão dentro desses 298 milhões.

O que me chamou mais a atenção foi o estudo feito pela nossa assessoria é que esses 298...

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Desses 298 milhões aplicados em saúde no 1º semestre, apenas 49 milhões - ou seja, 16% do valor gasto - são recursos do Tesouro estadual. Todos os demais recursos são provenientes, 84% dos 247 milhões,

do Governo Federal, ou seja, se levarmos ao pé da letra, inclusive a propaganda feita de gastar um bilhão em saúde, o Estado do Paraná terá que disponibilizar, nesse 2º semestre, 706 milhões de reais, o que obviamente não vai conseguir fazer. Mas, ainda, este estudo aponta que no 1º semestre foi gasto apenas 1,1% dos 12% necessários do Estado para a Saúde. E isso sem dúvida nenhuma contraria totalmente aquilo que determina a Emenda Constitucional 29, o que determina o Tribunal de Contas, aquilo que determina inclusive os compromissos assumidos pelo próprio Secretário.

Então, faço aqui essas considerações e faço um apelo para que, após esse período que vai acontecer na quarta-feira de feriado, que tenhamos, ou o convite ou a convocação, ou sei lá que forma, mas que o Secretário da Saúde venha a esta Casa. Não é possível que ele não tenha vindo nesses 30 dias; estamos protelando! Não fizemos obviamente a convocação porque entendemos que é possível que, através de convite, venha aqui, mas não podemos ter novamente um relatório que irá sair nas próximas semanas apontando que em 2004 o Paraná gastou 6% dos 12% necessários em saúde. Na Comissão de Saúde temos alguns debates a respeito disso e sabemos que esse é um problema sério, sabemos que a saúde é um problema não apenas do Paraná, mas nacionalmente é um problema difícil de ser solucionado. Agora, não podemos ficar gastando 1,1% daquilo que é devido e esperar que depois em seis meses se gaste os outros 10,9%, o que gerará inclusive, se for mantido este ritmo, um superávit para o ano que vem. Esse valor em excesso não estará sujeito a contingenciamento.

Ora, não vejo nenhum sentido em você não gastar os 12% que prevê a Emenda Constitucional em um ano, para, no ano seguinte, se for feito dessa forma, se houver um excesso, um valor mais e esse valor a mais não estiver sujeito a nenhum tipo de contingenciamento, nem dos 12%, nem dos 25%, de absolutamente nada. Aí, é claro que não vai ter um bilhão nem aqui e nem daqui a dois, três anos, na Saúde. Vamos ter, na verdade, 49 milhões no primeiro semestre e um pouco mais no segundo, mas com os recursos aportados de fato, pelo Governo Federal. É muito pouco aquilo que o Governo Federal está gastando em saúde no Estado do Paraná. É muito pouco. Não está gastando os 12%.

Volto a repetir: os 298 milhões que o Estado tem colocado, no primeiro semestre, que gastou, ainda que considerado o leite das crianças, saneamento básico e meio ambiente, o Estado do Paraná, do seu Orçamento, da sua arrecadação, gastou apenas e tão somente, 16%, ou seja, 49 milhões. O restante, os 84% a mais, 247 milhões vêm da transferência do Governo Federal. Aí não dá para mandar cartinha para Deputado, não dá para depois falar que o Governo Federal não aporta absolutamente nada, quando nós sabemos que estamos em determinado momento, fazendo cortesia com o chapéu alheio.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, faço uma Questão de Ordem.

Primeiro, para lamentar o falecimento do ex-Vereador de Campina Grande do Sul, Pedro Bortoli, grande companheiro pedetista.

A segunda Questão de Ordem que faço a V. Exa., se decidiu-se a questão do caso do Deputado Anibelli ter-se inscrito até o final do ano no Grande Expediente, se esse tipo de comportamento vai continuar existindo na Mesa ou não vai.

Eu sei, o Presidente está fora, mas V. Exa. pode decidir esse assunto. Eu acho que a Bancada do PMDB, a Liderança do Governo já deveria ter decidido, porque não é possível, não é lógico! Quem escreveu esse novo Regimento Interno foi o Corpo Técnico da Casa e foi votado no final do ano. Nós aqui, estávamos cheios de Emendas para apresentar, até apresentamos algumas, mas cabe à Mesa aceitar as Emendas do Regimento Interno.

Quem propõe a mudança do Regimento Interno é a Mesa Executiva da Casa, portanto se, as emendas foram feitas e não foram acatadas, não é culpa dos Deputados. Não sei quem foi o "iluminado" que colocou este Regimento Interno, mas não é possível, não é lógico que a Mesa aceita um Deputado chegar aqui e se inscrever por seis meses no Grande Expediente! Isso é uma manobra que não cabe ao Partido do PMDB! Não é democrático! Não cabe, e eu tenho certeza que se o Governador Requião estivesse aqui nesta Casa, jamais aceitaria essa atitude de um membro do seu Partido! Mais ainda, a Mesa tem a função de regular a situação. Então, acho que a Mesa poderia colocar em deliberação amanhã, aqui, uma mudança nesse Regimento Interno.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)

Estamos no Grande Expediente e é um orgulho para nós, podermos apartear-lo.

É o seguinte: Eu, Deputado Neivo Beraldin, quero dizer que o senhor pode falar pelo senhor como Deputado Estadual, que o senhor não está aceitando. Agora, pelo Governador Roberto Requião, eu acho que não.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Eu disse que se ele estivesse aqui certamente não aceitaria isso.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Certamente, não aceitaria. É uma afirmativa que o senhor está fazendo em nome de outra pessoa que me coloca, assim, numa situação de questioná-lo.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas, o PMDB pode assumir a parada aqui!

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Mas, eu quero crer o seguinte, que nós, os Deputados que aqui estamos, tivemos a oportunidade de fazer as emendas e de votar contra algumas propostas que estavam dentro do Regimento. Se passamos batido e votamos pelo Regimento, só nos resta agora, Deputado Neivo Beraldin, fazer as mudanças que se fazem necessárias para que não ocorram coisas como esta que o senhor está constatando e que a Assembléia vem de joelhos implorando para que se encontre uma solução para um fato em que a maioria está sendo esmagada, pela inscrição do Deputado Antonio Anibelli, que se inscreveu dentro daquilo que o Regimento lhe permite! Agora, se nós os outros 53 ou até o próprio Deputado Anibelli, concorda em mudar o Regimento, por que não, façamos, então, as mudanças e encaminhemos à Mesa Executiva da Casa, às Bancadas e vamos providenciar isso.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Cabe à bancada propor.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Pode também isoladamente os Deputados.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pode também, mas é difícil.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Eu fico honrado aqui com o seu aparte, já que V. Exa. estava falando, hoje, em ICMS, que os municípios do interior estão empobrecidos e que 70% ou 60% da arrecadação do ICMS, está concentrado em Curitiba. Queremos fazer algumas colocações sobre essa questão.

Na região metropolitana temos a Refinaria de Petróleo de Araucária, que por si só gera uma grande parte do ICMS do Paraná, naquela transformação do petróleo e na distribuição, depois para os municípios paranaenses.

Dezessete por cento, está me dizendo aqui o Deputado Vanhoni.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Vinte e sete por cento, mais comunicação e a energia.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, Deputado Neivo Beraldin, o que vemos também é que os municípios que são geradores de energia elétrica, onde estão instaladas as turbinas, é que ficam com o ICMS da energia ali produzida.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não fica aonde consome, segundo a Constituição Federal.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não. Aonde consome dentro do Estado, fica para o município que é gerador da energia elétrica.

Acho que V. Exa. está cometendo um pequeno equívoco.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

No caso de Itaipu.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

A geração de energia fica para o município de Foz do Iguaçu, e isso é geração de energia. Daí os royalties sobre a área alagada ficam para os municípios lindeiros, que foram afetados pelo lago. Aí é outra história, que se chama royalties. Não tem nada a ver com geração de energia.

Estou pronto aqui, para se for o caso, até contestá-lo, não só agora, como em outras oportunidades.

Então, existem realmente algumas distorções que não são pequenas, que realmente precisam ser corrigidas. Não é só a inscrição do Deputado Anibelli, no Grande Expediente.

Ser dado ao município de Araucária todo o ICMS por uma instalação de uma usina que processa o petróleo e depois o Paraná inteiro consome? Quero crer, Deputado, que também não é justo, por exemplo, um município só ser aquinhado com a geração de uma energia elétrica, porque as turbinas estão lá na sua sede, ou no seu território, quando sabemos que milhares de outros componentes participaram para que aquela energia elétrica fosse gerada.

Então, isso é uma coisa que realmente contraria a lógica e os bons costumes, o bom senso, mas no entanto é o que prevalece. E sobre a questão do ICMS de geradora de energia elétrica, estamos abertos para inclusive poder-mos orientá-lo.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Temos que saber na Constituição Federal o que é que o então Deputado José Serra colocou numa emenda à Constituição, dizendo que a geração de energia, por que não concedemos na oportunidade a construção da hidrelétrica para Antônio Ermírio de Moraes, aqui em Adrianópolis? Porque a geração de energia serviria para realmente a receita de ICMS em São Paulo, porque as turbinas ficariam do lado de lá!

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni. Abre mão.

Então, ao Deputado Ângelo Vanhoni. Também abre mão.

Então, está encerrado o Grande Expediente, esperando de V. Exa. uma atitude em relação ao dito Deputado inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Neivo, só respondendo à sua Questão de Ordem. Ela está para ser decidida pelo Presidente Her-mas Brandão, mas o dia em que eu estiver presidindo e o Deputado Anibelli não estiver no horário do Grande Expediente, ao primeiro inscrito será cedido o horário do Grande Expediente, por uma questão de bom senso e que seja justo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para fazer um comunicado à Casa.

No dia de ontem os filiados do Partido dos Traba-lhadores foram às urnas para o 2º turno. Concorrem a Presidente Nacional o Ricardo Berzoini e o Raul Ponte, e aqui, na cidade de Curitiba, concorreram dois ex-Vereadores: o Pedro Paulo e o Adenival Gomes. Os dois têm origem da militância das comunidades eclesiais de base, foram Vereadores até dezembro do ano que passou.

Sagrou-se vencedor o Adenival Gomes. Será o novo Presidente para esse próximo triênio da gestão do PT Municipal de Curitiba.

A disputa entre Ricardo Berzoini e Raul Ponte está sendo apurada e ainda os votos, o parcial e a contagem final deverá acontecer na quarta ou quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PP. PTB. PL. PMR. PFL. PSDB. PMDB.

Liderança do Governo. Liderança da Oposição.
(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 29 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Neces-sita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoia-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoia-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoia-mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

Redação Final - do Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Jesuítas.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 270/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Jesuítas, o imóvel urbano localizado na área P-6-B da subdivisão da área P-6, no loteamento da Cidade e Município de Jesuítas, com área de 852,15 m2 e benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, nos termos da Transcrição do Protocolo nº 33.999, da Matrícula nº 8583, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jesuítas, especificamente pelo Departamento de Educação, com a finalidade de construção de uma pré-escola.

§ 1º O referido imóvel não poderá ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se sem efeito a presente cessão.

§ 2º O Município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel, bem como pelas despesas e medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros relativos a benfeitorias produzidas no local.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos Srs. Deputados para que tomem seus assentos para que façamos a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 270/2005, queiram levantar-se.

Quatorze Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nenhum rejeita, porém, não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 270, 427 e 474/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 374, 582, 585, 587 e 595/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 433 e 573/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/2005.

Levanta-se a Sessão.
